

Clara, enxuta. É a Constituição que o Planalto quer

BRASÍLIA — Um texto curto — no máximo com 100 artigos —, simples, claro, sem remissões desnecessárias e, acima de tudo, que contemple um reordenamento jurídico e institucional, um esquema de poder estável e certos ritos indispensáveis para que seja duradouro.

Assim o Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, definiu resumidamente como o Governo quer a nova Constituição brasileira. O Consultor-Geral da República, Saulo Ramos, é quem está propondo o número de artigos e já elaborou parte do texto constitucional que servirá de sugestão e subsídio para efeito de análise interna do Governo. As propostas do Consultor dispõem sobre os princípios fundamentais e disposições preliminares; direitos e garantias individuais; família, filiação, casamento e proteção ao ser humano; e exploração comercial de rádio e televisão.

Marco Maciel está preocupado com manifestações de alguns políticos e do eleitorado que, segundo ele, querem remover todos os males, acabar com todas as diferenças sociais e os desafios econômicos numa Constituição. Para ele, recheio de texto constitucional com questões meramente circunstanciais é repetir erros cometidos no passado.

— A Constituição não é uma panacéia que vai resolver todos os problemas do País — afirma o Ministro. Por esse motivo, Maciel considera muito prolixo "o texto elaborado pela Comissão de Estudos Institucionais, que foi presidida pelo jurista Afonso Arinos". A Constituição, acrescenta Maciel, precisa ser curta, moderna, contemplar o regime presidencialista, aumentar o poder de força do Legislativo e do Judiciário e refletir o processo de aperfeiçoamento do regime democrático.

Nas conversas com auxiliares de sua intimidade, o Presidente José Sarney defende um sistema parlamentarista de governo, mas reconhece as dificuldades para adotá-lo. Sustenta que a presença do Estado na economia deve ser a menor possível e propõe uma economia de mercado com pleno emprego, além da modernização eficiente dos direitos trabalhistas. Para alguns assessores do Palácio do Planalto, "o Presidente

apenas sonha com o parlamentarismo", mas espera que a Constituinte aprove o sistema presidencialista e também dê uma resposta sobre a duração do seu mandato que, pela Constituição atual, é de seis anos. A cúpula da Aliança Democrática ainda não chegou a um consenso sobre a duração do mandato de Sarney, mas sua mulher, D. Marly, pressiona diariamente o Presidente para que fique apenas quatro anos no poder.

Outra preocupação, manifestada por Marco Maciel, é não transplantar modelos de outros países para a nova Constituição, a exemplo do que ocorreu com a primeira Constituição republicana, a de 1891, inspirada no modelo norte-americano.

— Não queremos cometer o mesmo erro de Rui Barbosa, que, na época, achou o modelo norte-americano ideal para o Brasil. Se nos inclinarmos para esse tipo de repetição, correremos o risco da rejeição, como em qualquer transplante — afirmou.

O Governo também não deseja que os trabalhos da Constituinte contemplem um Estado centralizado, com ordem jurídica formal ou instituições econômicas tradicionais. Para Marco Maciel, "é preciso vencer preconceitos contra a ação do Estado, da empresa privada e da interdependência do mundo contemporâneo". O Ministro deseja também que sejam eliminadas as "tendências corporativistas" na nova Constituição e batiza essas determinantes para a nova Carta de neo-liberalismo. Essas idéias manifestadas no Palácio do Planalto não devem interferir, entretanto, de forma direta no trabalho dos constituintes, ressalvam os assessores do Presidente Sarney.

Maciel faz também um apelo aos novos congressistas: — Ajustem seu discurso à ação, substituam a prática da retórica pelo hábito da solução e a tática da denúncia pela estratégia da negociação. Não devem continuar dizendo apenas aquilo que o povo quer ouvir, como se o discurso pudesse substituir a ação.

A tarefa constituinte, acrescenta o Ministro, não se esgota, como se stópõe, no dia da promulgação do novo texto. Para comprovar essa afirmação, o Ministro observa que é desejo do Governo arregimentar o Supremo



Tribunal Federal para modernizar, mediante lei ordinária ou complementar, a nova Carta. Essa medida, segundo Maciel, preserva o texto constitucional e abre possibilidade para que questões emergentes "se incluam num texto flexível, que não impeça a mudança, não atrapalhe a modernização do País nem consagre preconceitos que o tempo e as condições objetivas da política hão de fatalmente superar".

Na opinião do Ministro, dez itens devem estar contidos na nova Constituição:

1. A redefinição do papel do estado.
2. A estrutura de relações do poder.
3. A reinstitucionalização democrática.
4. A efetivação da Justiça com nova concepção do Poder Judiciário.
5. A materialização do preceito da igualdade jurídica.
6. A reconceitualização da justiça distributiva fiscal.
7. A instituição de novos conceitos preservacionistas aos recursos naturais.
8. A criação de mecanismos de amparo e proteção social e econômica ao cidadão.
9. O redimensionamento das tarefas e funções do Governo.
10. O federalismo.

Nas sugestões de Saulo Ramos quanto aos princípios fundamentais e disposições preliminares da Constituição, destacam-se afirmativas sobre o regime democrático, a economia livre, o pluralismo representativo e a soberania da Nação. Constam nesse item a defesa do Governo pela convivência pacífica entre os povos, a liberdade de ex-

“ Não se pode desprezar um pouco do difícil exercício de futurologia, compromisso que toda Constituição deve assumir ”

SAULO RAMOS, Consultor Geral da República



pressão e o direito à informação sem limitações de fronteiras, com respeito à autodeterminação, independência, liberdade econômica e política e à dignidade do ser humano.

O texto repudia as guerras de conquista, todas as formas de colonialismo, as armas nucleares, a tortura, discriminações de qualquer natureza.

No item sobre direitos e garantias individuais, Saulo sugere penas severas para crimes de tortura, inclusive a perda do cargo de quem os cometer; prisão para crimes de estupro, latrocínios e de violência contra a pessoa humana, dando direito à anistia, ao indulto e à liberdade provisória para seus autores; e permissão de reuniões políticas ou religiosas sem que os participantes estejam portando armas. Proíbe a extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião ou ainda para execução de pena de morte. E estabelece que em nenhum caso será concedida extradição de brasileiro.

Dispõe ainda sobre a não intervenção do Estado na economia de mer-

cado, assegurando direitos às empresas mas ressaltando que o patrimônio destas poderá ser desapropriado para utilidade pública e social, não admitindo ainda o monopólio, o oligopólio e o abuso do poder econômico. A manifestação de pensamento de convicção religiosa, política ou filosófica é livre mas não devem ser toleradas a propagação de guerra, subversão da ordem ou de preconceitos de religião, raça, sexo, classe e publicações contra a moral e os bons costumes.

O Consultor sugere ainda que as profissões de jornalista, escritor, publicitário e outras de produção intelectual possam ser exercidas sem a obrigatoriedade do diploma. Proíbe a pena de morte, prisão perpétua, banimento e confisco, ressaltando que a lei só poderá instituir pena de morte em casos de guerra externa e de perda de bens em casos de danos causados ao erário público ou enriquecimento ilícito. Na justificativa desse texto, Saulo Ramos afirma que "somente os direitos rigorosamente defendidos como individuais constam nas propostas, "sem desprezar um pouco do difícil exercício da futurologia, compromisso que todo texto constitucional deve assumir".

As propostas para exploração comercial do rádio e da televisão mantêm como de competência da União a exploração dos serviços públicos de telecomunicação, geração de energia elétrica, navegação aérea e vias de transporte entre portos marítimos e fronteiras nacionais. Obriga a expedição de licenças prévias para atividades de rádio e televisão comerciais, instalação e funcionamento de televisão por meio de cabo ou direcional, retransmissão no território nacional de transmissões via satélite, inclusive estrangeiras, cadastramento, programação e registro de dados individuais em processos de informática.

A nova Carta deverá definir sanções graves para abandono dos filhos menores e eliminar a discriminação legal contra filhos hoje classificados de ilegítimos, legítimos, naturais, adulterinos, incestuosos ou espúrios. Essa discriminação "é vergonhosa e odiosa", afirma Saulo, no item sobre família, filiação, casamento e proteção ao ser humano.

Todos já se organizam

BRASÍLIA — Se todas as entidades civis colocarem em Brasília a multidão de assessores que prepararam para acompanhar a Constituinte, o Congresso conviverá diariamente, no próximo ano, com o maior sistema de pressão já montado pela sociedade para transformar em lei suas aspirações. No dia 1º de fevereiro, durante a solenidade de instalação da Assembleia, os constituintes terão a primeira demonstração: associações de classes trabalhadoras de vários Estados estão organizando caravanas para lembrar aos políticos as promessas de campanha.

Será a primeira cobrança — diz o Presidente da Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro (Famerj), Francisco Alencar, que apresentará um documento com 206 propostas elaborado pelas 630 associações de moradores que comanda.

Dizendo-se vítima de perseguições — "somos responsabilizados por tudo o que acontece no País" —, o Presidente da polêmica UDR (organização dos fazendeiros), Ronaldo Caiado, está montando um supercratório em Brasília, com recursos de 12 milhões de gado, arroz e trigo que promoveu entre fazendeiros, nos quais arrecadou C\$ 25 milhões. Para garantir seus interesses na Constituinte, a entidade contratou equipe de 20 juristas de vários Estados, um técnico com trânsito no Inera, departamento jurídico, assessores de economistas e imprensa e um grupo de lobbistas.

A UDR vai cobrar o apoio que deu a alguns constituintes. Quem não cumprir, nunca mais voltará a ser mandatado. Vamos mostrar que a UDR não está aí para receber goela abaixo o que o Governo quer — diz Caiado, que tem como uma das principais metas alertar os políticos "contra o terrorismo fundiário que o Governo instalou com essa reforma agrária".

Caiado pretende também desenvolver um trabalho junto aos outros setores empresariais, para que apoiem suas propostas.

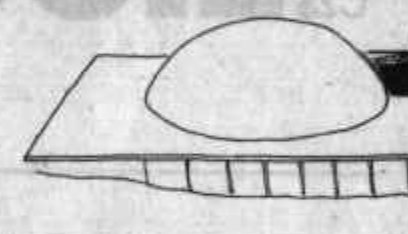
Infelizmente, a classe dos produtores rurais foi a primeira a ser atingida. Por isso, temos que abrir os olhos dos industriais, porque amanhã eles poderão ser as vítimas — argumenta o fazendeiro.

Na batalha do lobby, os fazendeiros terão como forte adversário as entidades de classes trabalhadoras, como a Confederação Geral dos Tra-

balhadores (CGT), que partirá para um trabalho "peito-a-peito" com os constituintes, segundo seu Presidente, o metalúrgico Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinão.

Não temos dinheiro para alugar mansões, nem dólares americanos. De qualquer forma, vamos fazer valer as propostas da classe trabalhadora com muita garra, dormindo nos jardins ou no tapete verde da Câmara, se necessário.

Esses são os instrumentos de pressão propriamente ditos, de acordo



Vamos mostrar que a UDR não está aí para engolir goela abaixo tudo que o Governo fizer

RONALDO CAIADO, Presidente da UDR

com a linguagem lobbista. O trabalho de base dos trabalhadores, entretanto, será feito pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), o único órgão da classe especializado no lobby tradicional. Criado há três anos, com 270 entidades sindicais filiadas, terá uma equipe permanente de 50 pessoas atuando no Congresso, e um grupo técnico de advogados, sociólogos, psicólogos e antropólogos. Em encontros com as principais lideranças sindicais do País, o Diap transmitirá as linhas de ação, tendências e o perfil dos candidatos na Constituinte.

A Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB), que reúne 1.500 associações e 26 federações em todo o País, com mais de um milhão de filiados, optou por alugar, há um ano, uma mansão no Lago Sul (região nobre de Brasília), que servirá como fórum de debates. Nesse local, chamado de "Casa do Empresário", as associações farão reuniões, promoverão debates com constituintes e traçarão suas estratégias.

Contrários ao trabalho realizado pela Comissão de Estudos Constitucionais (Comissão Afonso Arinos) — "para nós, não vale nada", diz um

para a pressão

tores deveriam escolher seus candidatos, a CNBB organizou uma equipe de 30 assessores. Com a ajuda de dois computadores, eles acompanharão todas as discussões na Constituinte, para em seguida debaterem no âmbito da própria Igreja.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) transferiu seu Conselho Federal para Brasília, como forma de acompanhar mais de perto o debate nacional. Utilizando computadores, ligados a todas as regionais, atuarão no Congresso com uma equipe de

A 1 de fevereiro, quando ela se instalar, iremos todos a Brasília para a primeira cobrança

seis conselheiros e um corpo técnico formado por funcionários da Ordem. Logo após as eleições, segundo o Presidente, Herman Baeta, será organizada uma reunião com todos os presidentes regionais para discutir a posição e as diretrizes a serem defendidas na Constituinte.

Os militares vão atuar em dois campos: no Palácio do Planalto, eles procurarão sensibilizar o Governo para a retirada do dispositivo proposto pela Comissão de Estudos Constitucionais que permite a eles cuidar apenas da segurança externa do País; no Congresso, trabalharão com assessores parlamentares, informando aos Ministros todas as propostas discutidas pelos constituintes.

Quem, no entanto, não se organizou até agora, terá opções no mercado de lobby em Brasília. Uma das empresas especializadas no assunto enviou este ano cinco funcionários aos Estados Unidos — considerados o berço do lobby — para cursos preparatórios. Entre os especialistas, há o consenso: os lobbistas terão que se reciclar, repensar as estratégias na principalidade com a renovação de 60 por cento no Congresso.

Na realidade, Amaury repetiu a mesma preocupação que levou 140 empresários de todo o País a se reunirem antes das eleições, em São Paulo. No encontro, a discussão principal foi como os 100 candidatos financiados pela classe poderiam garantir que os princípios empresariais não serão contrariados na Constituinte.

Até mesmo a Igreja católica montou seu esquema de lobby para a Constituinte. Depois de distribuir centenas de cartilhas e documentos elaborados por bispos e comunidades de base, ensinando como os elei-

do associados —, a Confederação há mais de um ano prepara-se para a Constituinte. Com a ajuda de equipes de juristas, analistas políticos, sociólogos e técnicos, montaram uma espécie de pré-Constituinte, inclusive com estudos comparativos de constituições de outros países, para ampla divulgação e distribuição no Congresso, especialmente para os políticos que tiveram suas campanhas apoiadas pela entidade. Como parte da infraestrutura, a entidade conta ainda com 235 revistas das associações comerciais e oito jornais diários. A estratégia do lobby no Congresso será traçada nas reuniões permanentes do Grupo de Ação Parlamentar, formado por lobbistas de todas as confederações empresariais.

— O primeiro passo é unificar o discurso dos empresários, visto apenas como aquele que defende interesses específicos e pessoais. Temos que mudar nossa linguagem — diz o Presidente da Confederação, Amaury Temporal.

— Não podemos confundir Constituição com interesses subalternos e temporários, porque do contrário bateremos com os burros na água. É preciso que o novo Congresso seja um instrumento forte neste momento de transição, para ter a confiança da Nação e oferecer uma Carta moderna e flexível perante nossas tradições sociais e culturais, assim como diante do futuro de nosso País — concluiu Afonso Arinos.

Senador considera 'incompetentes' as críticas ao projeto da comissão

O Senador eleito a 15 de novembro pelo Estado do Rio, Afonso Arinos de Mello Franco (PFL), defende o mandato de seis anos para o Presidente José Sarney, é contra a reeleição do Presidente da República e se diz surpreendido com a "incompetência" das críticas feitas ao anteprojeto constitucional elaborado por uma comissão que ele presidiu.

Descansando em sua casa em Petrópolis, falou também de sua vitória no pleito deste ano, ao qual não pretendia se candidatar, atribuiu a vitória do PMDB no Estado do Rio ao "desejo de mudanças sociais da população" e manifestou sua preocupação com a nova Carta que, enfatiza, deve ser traçada acima dos partidos.

— Pessoalmente — diz Afonso Arinos — sou a favor do mandato de quatro anos para o Presidente da República, mas entendo que os seis anos para Sarney já haviam sido estabelecidos antes de sua chegada ao poder. Por isso, o prazo de seis anos deve ser mantido para ele.

Com relação à reeleição do Presidente da República, o ex-Chanceler entende que, no presidencialismo, o Presidente enfeixa uma soma muito grande de poderes e isso, por um grande espaço de tempo, o tornaria um homem superpoderoso, forçando mesmo até um autoperdido, o que não seria bom para todos nós.

Para Arinos, os críticos que se referiram ao anteprojeto constitucional cujos trabalhos ele coordenou são, em sua maior parte, incompetentes.

— Eles se mostraram alheios ao projeto, demonstraram apenas estarem providos de um amplo desconhecimento sobre a importante matéria e sobre o nosso trabalho.

Lembrou que o anteprojeto foi levado ao Presidente José Sarney "em respeito e em homenagem ao Chefe da Nação", e não para que Sarney o enviasse ao Congresso Nacional, como chegou a ser noticiado. Foi o ex-Presidente Tancredo Neves, historiador, quem lhe encomendou a formação de um grupo para a elaboração do anteprojeto da Carta. Isso, para grande surpresa sua, uma vez que embora conterrâneos de São João del Rei, sempre foram adversários políticos.

— Eu era da UDN e o Tancredo do PSD, partidos diametralmente opostos em suas atividades. Mas o Tancredo, com aquela característica pessoal muito marcante, chegou logo dizendo: 'Pobre quando bate em casa de rico é sempre para pedir. E eu estou-lhe pedindo que nos forneça um anteprojeto para a nossa futura Constituição'.

Completa Arinos: "A mim não restou mais nada a não ser arregaçar as mangas da camisa e iniciar o trabalho. Depois, foi o próprio Presidente José Sarney quem me telefonou reafirmando a encomenda do Tancredo. Ao receber o anteprojeto da Constituição, que nosso grupo elaborou, Sarney o fez com interesse, tenho certeza, ao contrário do que chegaram a falar os críticos apressados".

Arinos não pretendia candidatar-se este ano: "Foi ainda o Presidente Sarney quem indicou meu nome para a Aliança Democrática. Meus companheiros do PFL e Moreira Franco endossaram, formalizando o convite, e o povo afinal acabou nos delegando o mandato. Foi um ato político que eu cado. Estou extremamente grato a todos".

Ao lado da mulher, D. Ana Guilhermina Rodrigues Alves (neta do ex-Presidente Rodrigues Alves), Arinos conta que quando deu à mulher a notícia de sua candidatura, recebeu dela esta observação: 'Se você perder vamos ficar decepcionados, se ganhar vamos ficar aborrecidos'. Agora, D. Guilhermina já reclama, do alto de seus anos, de ter que providenciar outra mudança para Brasília, e também da separação dos dois filhos, dos dez netos e dos dois bisnetos.

Arinos acredita principalmente ao desejo de mudanças sociais da população a vitória do PMDB fluminense. Sobre o Governador Leonel Brizola, diz o que o respeita, mas que se trata de um líder popular e não um líder político, "tanto que não soube costurar a vitória de seu candidato Darcy Ribeiro".

— Temos — acentua Arinos — dois exemplos de líderes, um populista e outro político: Hitler e Churchill. O Brizola me parece bem mais próximo do estilo de Hitler.

Finalmente, sobre o trabalho que senadores e deputados deverão desenvolver na Assembleia Constituinte, Arinos diz que sua grande preocupação é que a Carta seja vista e tratada de maneira supra-partidária.

— Não podemos confundir Constituição com interesses subalternos e temporários, porque do contrário bateremos com os burros na água. É preciso que o novo Congresso seja um instrumento forte neste momento de transição, para ter a confiança da Nação e oferecer uma Carta moderna e flexível perante nossas tradições sociais e culturais, assim como diante do futuro de nosso País — concluiu Afonso Arinos.



Ivan de Souza Mendes

O GENERAL JÁ TEM UM BATALHÃO DE ASSESSORES NA CÂMARA E NO SENADO

Alvo do SNI é influir na sua reestruturação

O Serviço Nacional de Informações (SNI) também tem interesses a defender na Constituinte. Do quarto andar do Palácio do Planalto, onde está instalado, vai acompanhar, de forma discreta, as atividades do Congresso, com o General Ivan de Souza Mendes desejando que a Constituição faça ressoar para permitir a escuta telefônica em casos de seqüestro, extorsão, espionagem, terrorismo e tráfico de entorpecentes.

Para mediar essa proposta no Congresso, o SNI usará a assessoria de Marco Maciel, e principalmente do Sub-chefe do órgão, Hen-

rique Hargreaves, que já tem contato direto com assessores parlamentares, com políticos de várias legendas e mantém assessores na Câmara e no Senado.

O SNI pretende também usar politicamente a Constituinte para conseguir sua própria reestruturação, no próximo ano. A idéia é aperfeiçoar os serviços na área externa, com o objetivo de resguardar a segurança do Estado.

Atribuições que hoje são do SNI, como detectar corrupção na esfera governamental e problemas gerais na Administração pública,

no Distrito Federal e nos Estados, deverão ficar a cargo das polícias estaduais. No plano de reestruturação do SNI, está sendo examinada ainda a possibilidade de acabar com as Divisões de Segurança e Informação (DSI) dos Ministérios, que prestam informações aos Ministros sobre o trabalho dos funcionários e ações desempenhadas em cada Pasta. Se as DSIs desaparecerem, os Ministros poderão abrir inquéritos administrativos para apurar casos de corrupção e, posteriormente, encaminhar o assunto às polícias do Distrito Federal e dos Estados.



Para Arinos, a elaboração não pode contemplar interesses de partido